

Taxa de limpeza sobe menos

Reajuste cai de 15% para 9%. IPTU de Taguatinga também pode ser reduzido

VANESSA CORDEIRO

A Taxa de Limpeza Pública (TLP) vai sofrer um aumento de 9% no ano que vem. Em locais como Lagos Sul e Norte, Asas Sul e Norte, Cruzeiro e Sudoeste, a taxa subirá de R\$ 164,45 para R\$ 179,25, nas áreas residenciais, e de R\$ 328,90 para R\$ 358,50 nas áreas comerciais. A idéia inicial do governo era aumentar esse tributo em 15%. Mas, durante reunião com os deputados governistas, ontem, na Câmara Legislativa, o secretário de Fazenda, Eduardo Almeida, concordou em reduzir o aumento em seis pontos percentuais.

"Temos urgência na votação desse projeto devido a um dispositivo legal. Por isso, aceitamos a redução, dentro da margem do possível", explicou o secretário. A TLP precisa ser votada hoje no plenário da Câmara, já que a legislação determina que um tributo, para ser cobrado no exercício fiscal seguinte, precisa ser aprovado 90 dias antes. Para votar a TLP, os deputados precisam limpar a pauta, que está trancada com nove itens.

A emenda reduzindo o aumento da TLP de 15% para 9% será assinada por toda a bancada governista. Mas a proposta partiu do presidente da Comissão de Orçamento e Finanças (Ceof), Odilon Aires (PMDB). "Fizemos a média, do acumulado de 2004, entre o IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado), o INCC (Índice Nacional de Custo da



O secretário Eduardo Almeida (E) na reunião com a bancada governista, ontem, na Câmara

Construção) e IPC (Índice de Preços ao Consumidor)". Odilon iria apresentar a emenda durante a reunião da Ceof prevista para a manhã de ontem. Mas não houve quórum e ele decidiu apresentar a sugestão durante a reunião da bancada governista com o secretário, na tarde de ontem.

O deputado Paulo Tadeu (PT), integrante da Ceof, afirmou que o novo percentual está mais próximo da realidade do que os 15% previstos. "Não tinha sentido o governo insistir em 15% se a variação prevista para a inflação é de 7%", ressaltou o petista.

A base governista ainda não chegou a um consenso sobre o percentual de aumento

previsto para o Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU) e o Imposto sobre Propriedade Veículo Automotor (IPVA). Alguns parlamentares consideraram que os aumentos previstos para o IPTU, principalmente em Taguatinga, estão "fora da realidade".

"Há uma defasagem nos terrenos localizados em Taguatinga", justificou o secretário de Fazenda. "Mas podemos estudar uma forma de recuperar o valor desse IPTU de forma gradativa, diluído nos próximos dois ou três anos". O governo reconhece que precisará rever o valor venal (de mercado) de imóveis localizados em quatro localidades de Taguatinga: Setor de Indús-

tria, onde o aumento proposto foi de 107%; no Setor de Oficinas, onde o previsto era de 209%; na comercial da CSG, sugestão de 90%; e nas salas comerciais de Taguatinga Centro, que o governo considera que tiveram valorização de 50%.

Para a líder do governo, Anilcéia Machado (PMDB), a bancada governista já tem o que comemorar. "Conseguimos reduzir a TLP. Agora estamos em fase de negociação para o IPTU e o IPVA".

A vice-presidente da Ceof, Eliana Pedrosa (PFL), pretende rever o valor venal do IPVA de alguns veículos. "Queremos rever os valores dos carros 1.0, por exemplo", disse.